

Ouarta-Feira, 19 de Novembro de 2025

Polícia Federal faz buscas no BRB e prende Daniel Vorcaro, do Banco Master

OPERAÇÃO COMPLIANCE ZERO

Metrópoles

A Polícia Federal (PF) deflagrou, na manhã desta terça-feira (18/11), a Operação Compliance Zero, que tem como alvo um esquema de emissão e negociação de títulos de crédito falsos envolvendo instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional, entre elas o Banco de Brasília (BRB), onde policiais fazem buscas.

A coluna apurou que entre os presos estão Daniel Vorcaro, do Banco Master, detido preventivamente por suspeita de participação direta nas fraudes, e o banqueiro Augusto Lima, sócio do Banco Master e atualmente casado com Flávia Peres (ex-Arruda).

Ao todo, os policiais federais cumprem cinco mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária e 25 de busca e apreensão em cinco unidades da Federação: Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. As ordens judiciais foram expedidas pela Justiça Federal após representação da PF com apoio do Ministério Público Federal (MPF).

A deflagração da operação ocorre um dia depois de um consórcio de investidores dos Emirados Árabes Unidos, em parceria com o grupo de participações Fictor, anunciar a compra do Banco Master, com aporte inicial de R\$ 3 bilhões.

O que diz o BRB

Em nota, o BRB afirmou que "reforça que sempre atuou em conformidade com as normas de compliance e transparência" e que prestou regularmente "informações ao Ministério Público Federal e ao Banco Central do Brasil sobre todas as operações relacionadas ao Banco Master".

"O Banco segue operando normalmente, garantindo a continuidade integral dos serviços e preservando a segurança das operações, dos clientes, dos parceiros e de toda a sua estrutura operacional", acrescentou.

O **Metrópoles** acionou o Master. O espaço segue aberto para manifestações.

Como funcionava o esquema

A investigação teve início em 2024, a partir de uma requisição do MPF, depois que o Banco Central (BC) detectou irregularidades na composição de carteiras de crédito usadas como lastro em operações financeiras.

Segundo os investigadores, uma instituição teria fabricado artificialmente títulos de crédito sem lastro real, carteiras consideradas "inexistentes" ou "insubsistentes", e os vendido posteriormente a outra instituição

financeira, entre elas, o BRB.

Após a fiscalização do BC, os papéis fraudulentos foram substituídos por outros ativos, também sem avaliação técnica ou lastro compatível. Para a PF, a manobra demonstra tentativa de acobertar o primeiro ilícito e aponta para um mecanismo estruturado de fraude envolvendo a alta cúpula das instituições envolvidas.

A investigação mira crimes como gestão fraudulenta, gestão temerária, organização criminosa, além de possíveis delitos contra o sistema financeiro e o mercado de capitais.

Segundo a PF, o nome "Compliance Zero" faz referência ao "total desprezo pelas regras básicas de compliance" demonstrado pelos investigados, uma crítica direta ao que os agentes classificam como uma atuação deliberada para fraudar controles internos e externos.

Próximos passos

Os investigados serão ouvidos pela Polícia Federal e podem responder a processos criminais e sanções administrativas do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A PF também deve aprofundar a análise sobre a origem dos recursos movimentados e eventuais beneficiários finais das operações fraudulentas.

As demais instituições financeiras citadas ainda não se manifestaram publicamente sobre a operação.

A investigação segue sob sigilo.